

# Uma visão da "perestroika"

IGNÁCIO M. RANGEL

Estive na União Soviética, por onze dias, em 1961, muito antes, portanto, da "perestroika" e estritamente como turista, aos cuidados da Polvani. Sem outro ciclorone senão o guia italiano, violentamente anticomunista, muito ocupado em confirmar-nos na vasta mitologia anti-soviética que havíamos aprendido no Brasil. Sem outras noções de russo, além de "Crásnaia Plochad", "tualeta" etc., e uma única frase que, segundo o amigo que me ensinou, queria dizer: "Não falo russo". Isto é, em grafia latina: "Iá nié gavariú barrusqui".

Devo acrescentar que essas noções distavam muito de serem irrelevantes. Em inúmeros lugares, bastava que me dirigisse a alguém com essa humilde confissão de minha ignorância da língua da terra, para que o interlocutor pronunciasse um apelo incompreensível para mim, mas que geralmente me punha em presença de alguém falando inglês ou francês. De uma feita, em Leningrado, uma jovem falou-me em alemão, ao que tive que responder que tampouco falava alemão: "Ich nicht sprech Deutsch". Mas a moça achou meios de pôr-me no trem que me levaria ao meu hotel, o Pribálsqui, em nossa transliteração.

Assim, nem eu, nem minha esposa, nem os amigos que se dispunham a acompanhar-nos, tivemos medo de misturar-nos com o povo, de entrar nas lojas, de varar Moscou de ponta a ponta para assistir, à meia noite, na Praça Vermelha ("Crásnaia Plochad"), a mudança da guarda. Claro, com uma planta da cidade na mão.

Confesso que sabia alguma coisa de economia soviética. Sabia, por exemplo que, como a nossa, a industrialização soviética era "tardia", fazendo-se num esquema de substituição de importações. Com uma relevante diferença: enquanto começamos pela indústria leve, basicamente produtora de bens de consumo, aproximando-nos paulatinamente da indústria pesada, produtora de bens de produção, os soviéticos haviam seguido uma trajetória precisamente oposta. Não me causou, assim, nenhuma espécie o fato de o ábaco continuar a ser abundantemente usado na URSS, coisa que seria impensável, no Brasil, sem que isso

comprove nosso maior desenvolvimento.

Entretanto, não carecia de fazer uma via sacra pelas usinas siderúrgicas soviéticas para saber que elas produziam mais aço que as de qualquer outro país. Por outro lado, durante onze dias, varando, de ônibus, o país, de Brest, na fronteira da Polónia, a Leningrado, na fronteira da Finlândia, não vi uma só favela.

Não ignorava, é certo, que, por dentro daqueles intermináveis blocos de apartamentos que via, a área útil que cabia, em média, a cada pessoa, embora aumentasse todos os anos, não passava ainda de metade da que tocava, também, em média, a cada sueco. Mas, por outro lado, sabia que o aluguel tomava apenas uns poucos por cento da renda de cada família. Isso, assim como a escola e a saúde gratuitas, deve ser tomado em consideração por quem pretenda conhecer e poder aquisitivo do rublo e a representatividade da taxa oficial de câmbio.

Sendo o governo o dono de todas as fábricas, pode dar-se o luxo de pagar a cada uma delas, por unidade de produto, um preço calculado sobre o seu custo específico de produção, o que quer dizer que aos armazéns do Estado devem chegar produtos adquiridos pelos mais variados preços. Assim, em princípio, uma fábrica antiquada pode "competir" com fábricas do último tipo. O que era justo, porque a tecnologia de cada unidade produtiva depende de uma decisão centralizada e não apenas da maior ou menor laboriosidade e competência dos seus operários e dirigentes.

Sem isso, não teria sido possível reconstruir a economia em prazos mínimos, como foi feito, duas vezes, em meio século: depois da guerra civil e depois da 2ª Guerra Mundial. Nada menos "econômico" teria sido, do que dividir o pouco capital disponível, igualmente, entre todas as unidades produtivas, ou proporcionalmente aos seus respectivos operariados.

Por outro lado, entretanto, já que o emprego e o salário de cada trabalhador, ou de cada coletivo laboral, não depende do custo específico de produção, já que o Estado, monopsonista, fixa preços de compra diferenciados, abre-se, a princípio a simples possibili-

dade e, depois, a certeza, de que surjam sabidos, que encontrem prazer em fazer corpo mole, vivendo à custa do trabalho alheio. O regime em que o trabalho se torne uma necessidade vital para o homem, mesmo na hipótese de que não seja uma utopia, seria ingênuo supor que já chegou.

Uma "crise" como essa que abriu a porta à "perestroika" e a "glasnost" estava na ordem natural das coisas. Não que eu tenha preconceitos contra a burocracia, em geral. Sei que uma grande economia nacional não se administra sem alguma burocracia, mas sei também que a sociedade carece de outras motivações, além dessas que se costumam veicular por via burocrática. Acredito em que dia virá, quando seja possível administrar uma sociedade sem a compulsão criada por certa medida de desemprego — função do que Marx chamava de "exército industrial de reserva" — mas sei também que isso não virá automaticamente.

Uma "perestroika" (reconstrução) sem "glasnost" (transparência indispensável para uma crítica e autocrítica eficaz), é coisa que escapa a minha percepção. Os hábitos adquiridos não são abandonados com facilidade. Como diz o poeta, "l'habitude est une étrange qui supprime en nous la raison". Quando o suprimento de bens de equipamento era escasso, convinha criar condições para que empresas de muito diferentes padrões tecnológicos pudessem coexistir. Mas se o trabalho em condições arcaicas se torna um hábito, então é mister romper com esse hábito, o que está longe de ser uma tarefa simples.

Não me considero suficientemente informado sobre a "perestroika", para emitir parecer sobre o que estão fazendo os atuais pró-homens da União Soviética. Limite-me a constatar o problema, o qual não constitui novidade para mim, nem basta, por sua simples existência, para comprovar a incompetência dos homens que precederam Gorbatchev. Os métodos adotados, e agora condenados, fizeram milagres, em seu tempo.

IGNÁCIO M. RANGEL, 75, economista, é membro do Conselho Federal de Economia e foi presidente do Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro.